

TURISMO:

INTERFACES ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO



CRISTIANE ALCÂNTARA DE JESUS SANTOS
JENNIFER CAROLINE SOARES
TAÍS ALEXANDRE ANTUNES PAES
ORGANIZADORAS



Criação Editora

**TURISMO: INTERFACES ENTRE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO**

Organizadoras:

Cristiane Alcântara de Jesus Santos

Jennifer Caroline Soares

Taís Alexandre Antunes Paes

ISBN

978-85-8413-306-2

**EDITORA CRIAÇÃO
CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria de Menezes

Fábio Alves dos Santos

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

José Eduardo Franco

José Rodorval Ramalho

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira Menezes

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza



TURISMO: INTERFACES ENTRE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO

CRISTIANE ALCÂNTARA DE JESUS SANTOS
JENNIFER CAROLINE SOARES
TAÍS ALEXANDRE ANTUNES PAES
ORGANIZADORAS



Criação Editora
ARACAJU | 2022

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS AS ORGANIZADORAS

É proibido a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos das organizadoras (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Este livro segue as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, adotado no Brasil em 2009

O rigor e a exatidão do conteúdo dos artigos publicados são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. Os autores são responsáveis pela obtenção da autorização escrita para reprodução de materiais que tenham sido previamente publicados e que desejem que sejam reproduzidos neste livro.

Diagramação:
Adilma Menezes

Capa:
dhanu3182

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

S237t	Santos, Cristiane Alcântara de Jesus; Soares, Jennifer Caroline; Paes, Taís Alexandre Antunes (Org.) Turismo: Interfaces entre ciência, tecnologia e planejamento / Organizadoras: Cristiane Alcântara de Jesus Santos; Jennifer Caroline Soares; Taís Alexandre Antunes Paes. Prefácio de Martha Suzana Cabral Nunes.– 1. ed. – Aracaju, SE : Criação Editora, 2022. 150 p.; figs.; E-book: 7 Mb; (PDF) Inclui bibliografia. ISBN 978-85-8413-306-2 1. Gestão de Turismo. 2. Sergipe 3. Turismo. 4. UFS. I. Título. II. Assunto. III. Organizadoras. IV. Autores. CDD 338.479 1:981.41 CDU 379.85:94(813.7)
-------	---

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Indústria do turismo; História de Sergipe.
2. Turismo; História do Brasil (Sergipe).

REFERÊNCIAS

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; SOARES, Jennifer Caroline; PAES, Taís Alexandre Antunes (org.). Turismo: Interfaces entre ciência, tecnologia e planejamento. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. E-book (extensão do arquivo; ?? Kb ou Mb). ISBN 978-85-8413-306-2



A GOVERNANÇA DO TURISMO EM UM MUNICÍPIO DO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ANÁLISE EM BASE AO CONCEITO DE DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES*

JENNIFER CAROLINE SOARES

E-mail: jenni.caroline@academico.ufs.br

VINÍCIUS MOISÉS RODRIGUES SEMIÃO

E-mail: viniciusmoises33@yahoo.com

SERGIO FERNANDO LIMA MARQUES

E-mail: marquesufs@gmail.com

RENAN BATISTA CONCEIÇÃO

E-mail: reenanmaiz@gmail.com

* Pesquisa realizada com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (PIBIC-UFS); e no marco do projeto "Novos enfoques para o planejamento e gestão do território turístico: conceituação, análises de experiências e problemas. Definição de modelos operativos para destinos turísticos inteligentes". Referência: CSO2014-59193-R. Os resultados da pesquisa foram publicados originalmente nos Anais do Seminário Internacional Destinos Turísticos Inteligentes: nuevos horizontes en la investigación y gestión del turismo. Sant Vicent del Raspeig: Publicacions de la Universitat d'Alacant, 2017, p. 407-423. doi:10.14198/Destinos-Turisticos-Inteligentes.2017.19

INTRODUÇÃO

A atividade turística se destaca internacionalmente como uma importante atividade econômica geradora de emprego e renda para as localidades receptoras. Em 2015 foram registradas 1.186 milhões de chegadas a nível mundial (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2016) e os benefícios econômicos gerados pelo turismo levam vários países a investir no seu desenvolvimento. No entanto, seu crescimento também se relaciona a impactos negativos (econômicos, sociais, ambientais) para as localidades (MATHIESSON; WALL, 1982) e requer um processo de planejamento que minimize tais impactos.

Ao longo dos anos ocorreram mudanças no enfoque do planejamento turístico. Um ponto de inflexão importante foi a incorporação da perspectiva da sustentabilidade. De acordo com Costa (2001) a partir da Conferência das Nações Unidas de 1992 realizada no Rio de Janeiro, se tornou parte do discurso político e acadêmico a importância de considerar de forma conjunta o crescimento econômico, a participação social, a proteção do meio ambiente e o crescimento em longo prazo e sustentável.

Em resposta a essa necessidade, observam-se transformações no planejamento do turismo, entre elas a substituição de um enfoque excessivamente tecnocrático, racional e científico, a um modelo mais dinâmico e atual que considera a importância do desenvolvimento do território e de sua governança (COSTA; PANYIK; BUHALIS, 2013; DIAS, 2003).

Além da sustentabilidade, observam-se outras mudanças que vem impactando no planejamento turístico, como a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Neste contexto, o conceito de *smartcity* (cidade inteligente) ganhou destaque tanto na arena política (CARAGLIU; DEL BO; NIJKAMP, 2011) como na literatura acadêmica (MIGHALI et. al., 2015).

Entende-se que uma cidade é inteligente quando o investimento realizado na mesma é capaz de promover o crescimento econômico e ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo em que propicia uma elevada qualidade de vida para a população local (CARAGLIU; DEL BO; NIJKAMP, 2011). Desta forma, o conceito incorpora a perspectiva do planejamento estratégico, sustentabilidade e participação dos residentes (LIJING; YANRONG; JIANHUA, 2014) por meio de uma governança participativa.

Considerando a relação existente entre planejamento urbano e turístico, o conceito de cidade inteligente está sendo absorvido também no âmbito do

turismo, integrando enfoques de planejamento estratégico, evolução tecnológica, políticas de sustentabilidade e inovação (INSTITUTO VALENCIANO DE TECNOLOGIAS TURÍSTICAS, 2015). O enfoque busca adaptar a gestão turística a economia digital, a relevância das TIC e a necessidade de reforçar a inovação e o conhecimento (IVARS-BAIDAL; SOLSONA-MONZONÍS; GINER-SÁNCHEZ, 2016). Neste contexto, é importante considerar que o turismo necessita da colaboração do setor público e privado, pois depende de recursos públicos sob a competência de distintos níveis de governo, assim como necessita o envolvimento da sociedade de acolhida (VELÁSICO GONZÁLEZ, 2013)

No caso do Brasil, ainda que o conceito de destino inteligente ainda seja incipiente, desde a década de 1990, as políticas públicas de turismo do país destacam a importância da governança para o turismo e buscam fomentar um processo de gestão descentralizado, aumentando a autonomia dos estados e municípios (BRASIL, 2013a). A Constituição Federal do país adotou a perspectiva da participação popular na elaboração e formulação de políticas públicas (MACEDO et. al., 2005).

Neste processo ganha destaque a atuação dos Conselhos, como espaços que promovem a descentralização administrativa, a ampliação da participação dos atores, o exercício da democracia e o desenvolvimento do sentido de comprometimento das pessoas (BRASIL, 2007). Conforme afirma Velásico González (2013) a governança pode definir os caminhos de desenvolvimento para fortalecer uma gestão de destinos mais eficaz e inclusiva.

Ainda que a governança se apresente como um eixo central para a construção de cidades e/ou destinos inteligentes, é limitada a produção científica que utiliza esta abordagem para avaliar o planejamento da atividade turística no Brasil. Considerando o anterior, o presente estudo tem como objetivo analisar a governança no planejamento da atividade turística, com base no conceito de destinos turísticos inteligentes, em um município do nordeste brasileiro.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo realizado no ano de 2017 no município de Aracaju. Selecionou-se para o estudo o município de Aracaju (capital do estado de Sergipe, nordeste brasileiro) por sua importância enquanto destino indutor do desenvolvimento turístico regional (BRASIL,

2008). Apesar de não figurar entre os principais destinos turísticos brasileiros para a demanda internacional, Aracaju está entre os 28 primeiros destinos da demanda nacional (BRASIL, 2012) e faz parte do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) que conta com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A coleta de dados foi realizada mediante análise de documentos secundários e entrevista aos informantes-chave (IC). Na etapa de análise documental foram incluídos no estudo os planos de desenvolvimento turístico com efeito na área do município, sendo estes:

- (1) Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável Costa dos Coqueirais - PDITS, 2013;
- (2) Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe, 2009- 2014;
- (3) Plano Diretor do Município de Aracaju, 2000.

Com base em um protocolo de análise previamente elaborado foram extraídas as informações relacionadas à governança no planejamento do turismo no município. O protocolo foi construído com base nas variáveis de governança definidas no âmbito do projeto de Destinos Turísticos Inteligentes, desenvolvido pelo *Instituto Universitario de Investigaciones Turísticas* da *Universidad de Alicante* (Espanha).

Buscando uma aproximação à realidade do planejamento turístico no município, optou-se por complementar as informações recopiladas na análise dos documentos com a realização de entrevistas semiestruturadas aos informantes-chave. Com base na técnica de bola de neve foram selecionados para participar no estudo aqueles informantes envolvidos com o planejamento do turismo no município. Foram realizadas 5 entrevistas a representantes de organismos governamentais e líderes empresariais ligados ao planejamento do turismo no município (02 representantes do poder público estadual, 01 representante do poder público municipal, 02 representantes empresariais). As entrevistas foram gravadas com a autorização dos entrevistados. Realizou-se uma análise descritiva dos dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O planejamento pode ser definido como um processo lógico de pensamento, no qual a partir da análise da realidade são estabelecidos os meios para transformá-la de acordo com interesses e aspirações (MOLINA; RODRIGUES, 2001). O planejamento turístico surgiu no contexto do turismo de massa e ao longo dos anos foram ocorrendo mudanças no enfoque. Para Hall (2008), as mudanças acontecem porque os problemas de planejamento mudam de acordo com os desafios no meio físico ou alterações no ambiente (econômico, social, político e tecnológico), as concepções políticas ou a geração de novos tipos de conhecimento.

Frente à estreita relação existente entre política e planejamento (HALL, 2008), se difunde a percepção de que o planejamento turístico é responsabilidade do Estado (DIAS, 2003; IVARS BAIDAL, 2003). Apesar da crescente tendência à desregulamentação que afeta os princípios, instrumentos e formas de intervenção da administração pública (PALOMEQUE, 1999), o planejamento como uma função da política de turismo é amplamente defendido. Isso por se tratar de uma atividade que utiliza recursos escassos e o seu desenvolvimento acaba afetando a qualidade de vida das populações (IVARS BAIDAL, 2003).

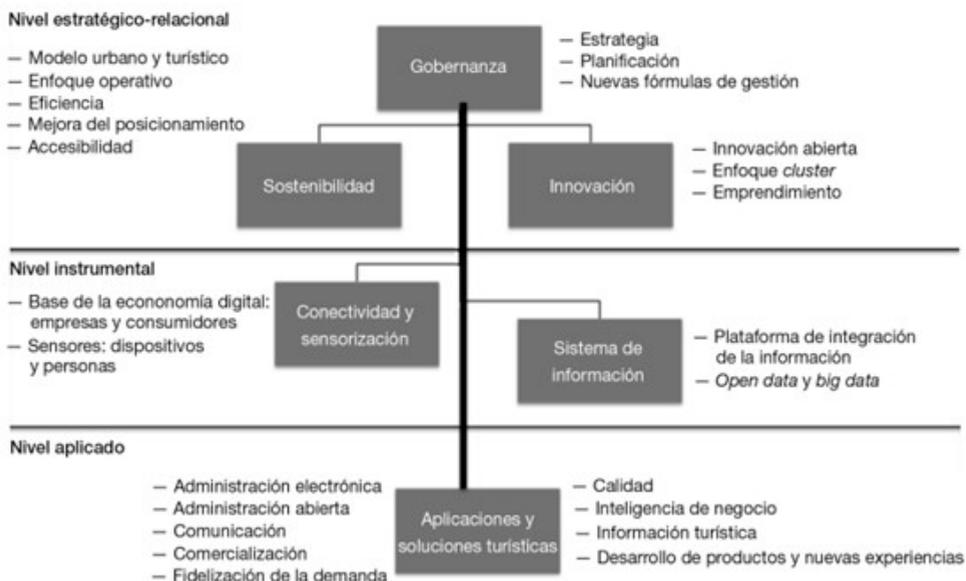
De acordo com Velásco González (2013), as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorreram na metade do século XX impactaram na perspectiva de governo e surgiu o debate em torno da governança. A governança está relacionada ao ato de governar (BRASIL, 2007). Em outras palavras, “la idea de gobernanza está relacionada con la idea de gobierno. Y la idea de gobierno está relacionada con los procesos de decisión colectiva que permiten gestionar los conflictos sociales” (VELÁSICO GONZÁLEZ, 2013, p.504).

O recente enfoque de planejamento, relacionado aos DTI considera que a governança é o elemento central no processo de planejamento e gestão de destinos, de acordo com o que ilustra a Figura 1:

De acordo com o modelo, a governança, a sustentabilidade e a inovação fazem parte do nível estratégico. Em um segundo nível, no nível instrumental, localizam-se a conectividade e uso de sensores e o sistema de informação, com a integração das informações em plataformas e o uso do *big data* e *open data*. No último nível, estariam as aplicações e soluções turísticas aplicadas para diversos fins, tais como informação turística, desenho de produtos e experiência, comercialização, entre outros. De acordo com SEGITTUR (2014), um destino turístico inteligente pode ser definido como um espaço que pro-

mova a inovação e a acessibilidade em base a uma estrutura tecnológica de ponta que promova a sustentabilidade do território e a qualidade da experiência dos visitantes¹.

Figura 1. Destino Turístico Inteligente desde uma perspectiva sistêmica



Fonte: Ivars Baidal *et. al.*, 2016, p. 334.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O quadro 1 sintetiza os resultados da pesquisa. Ao analisar as características do processo de governança no planejamento turístico do município identificou-se por um lado a existência de elementos positivos relacionados ao planejamento regional, e por outro lado a falta: de um Plano de Desenvolvimento do Turismo a nível local; de procedimentos de coordenação entre departamentos da administração pública; de atuação de colegiados locais e regionais; e de mecanismos que fomentem a transparência na gestão.

1 <http://www.segittur.es/opencms/export/sites/segittur/.content/galerias/descargas/documentos/Presen-tacin-Destinos-Tursticos-Inteligentes.pdf> (20 nov. 2016)

Quadro 1. Caracterização da Governança do turismo no município de Aracaju

	Aplicação Sim/Não	Observação
1. Aplicação de um Plano Estratégico de Turismo	Sim	Estadual-Polos de Desenvolvimento
2. Coordenação do Plano Estratégico com outros planos locais	Não	O único plano local é Plano Diretor e está desatualizado
3. Existência de procedimentos de coordenação entre departamentos	Não	
4. Aplicação do Plano Diretor	Sim	Porém está desatualizado
5. Existência e aplicação de planos operativos anuais	Não	
6. Dotação orçamentária suficiente para alcançar os objetivos dos planos operativos	Sim	PRODETUR
7. Seguimento do cumprimento do Plano Operativo mediante indicadores	Sim	PRODETUR
8. Publicação periódica de informe de atividades	Não	
9. Existência de colegiados municipais e Instâncias de governança regionais	Não	Inativos
10. Avaliação da qualidade percebida pelos turistas	Não	
11. Existência de sistemas de gestão da qualidade implantados com um enfoque de destino	Não	
12. Elaboração de campanhas de sensibilização social para o turismo	Não	
13. Formação para o desenvolvimento de novas capacidades de gestão	Sim	PRODETUR

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas realizadas (2017)

Os principais documentos que norteiam o desenvolvimento do turismo no município são de abrangência supramunicipal. O PDITS (SERGIPE, 2013) foi realizado no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). O PRODETUR é um programa iniciado na década de 1990, iniciativa governamental com financiamento do BID, que iniciou na região nordeste do Brasil (SOARES; SANTOS, 2016).

A primeira fase do programa durou dez anos (1994-2004), em parceria com o Banco do Nordeste, e foram investidos 700 milhões de dólares em 11 estados, com investimentos em aeroportos, saneamento básico, pavimentação de vias e rodovias, restauração de sítios históricos, criação de áreas de proteção ambiental e unidades de conservação, e criação de planos para gerenciamento dos resíduos sólidos²

A existência de um plano estratégico é fundamental para nortear as ações desenvolvidas para o desenvolvimento dos destinos turísticos. Neste caso, o planejamento fomenta o desenvolvimento regional através da atuação em

²<https://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2011-11-01/prodetur-no-brasil%2C9505.html> (28 nov. 2016)

polos de desenvolvimento. O estado de Sergipe definiu a atuação em dois polos prioritários, o polo Costa dos Coqueirais (ao qual pertence Aracaju) e Velho Chico.

O estado de Sergipe participou do PRODETUR Nordeste I e agora participa do PRODETUR nacional. Apesar da importância do planejamento dos municípios integrados, é importante que os municípios desenvolvam também seus planos de desenvolvimento turístico municipais. No momento de realização da pesquisa, foi possível identificar a ausência de um Plano Municipal de Turismo.

Considerando a abordagem territorial adotada pelo PRODETUR, ganha destaque a governança do turismo no âmbito regional (BID, 2013) o que coloca em evidência a necessidade da atuação do Fórum formado pelos municípios pertencentes ao polo, que garanta a coordenação e a cooperação. De acordo com Lemos (2013) o Fórum é um colegiado formado pelos secretários de Estado de Turismo e/ou dirigentes de Órgãos Estaduais de Turismo que deliberam sobre os temas relevantes do turismo.

No momento de realização da pesquisa foi possível constatar que tanto o Conselho de Turismo Municipal como o Fórum Regional estavam desativados. Os colegiados são importantes para garantir os processos de participação e controle social e as instâncias regionais são determinantes para que haja uma coordenação entre os municípios pertencentes a um mesmo polo de desenvolvimento.

As diferentes instâncias de governança são importantes também para o processo de transparência da atividade turística. Outro ponto atrelado a esta questão da transparência é a publicação periódica de um informe das atividades desenvolvidas, que não foi identificada no momento de realização da pesquisa.

Com relação a prestação de informações sobre os atos da gestão pública, de acordo com Cruz et. al. (2012), a mesma se concretiza com a divulgação de informações claras e oportunas do resultado da atuação da gestão pública e suas implicações para a sociedade. Ainda segundo os autores, as informações deveriam ser disponibilizadas em meios de comunicação eficazes a todos os atores sociais.

Apesar dos elementos identificados anteriormente, os resultados também refletem elementos positivos atrelados ao processo de governança no planejamento turístico no município. Além da existência de um plano estratégico no âmbito regional, o programa possui dotação orçamentária suficiente para

alcançar os objetivos dos planos operativos, existe um seguimento do cumprimento do plano operativo mediante indicadores e são realizadas ações para o desenvolvimento de novas capacidades de gestão.

CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar a governança no planejamento da atividade turística, com base no conceito de destinos turísticos inteligentes, em um município do nordeste brasileiro. Para atingir o objetivo foram analisados documentos secundários e foram realizadas entrevistas com informantes-chave no município de Aracaju-SE. Os dados foram coletados de acordo com as variáveis definidas no âmbito do projeto de Destinos Turísticos Inteligentes, desenvolvido pelo *Instituto Universitário de Investigações Turísticas* (Espanha).

Com a realização do estudo, foi possível observar que ainda que as políticas públicas de turismo do Brasil destaquem a importância da governança para o turismo e fomentem a participação e integração dos agentes locais (BRASIL, 2013a), esse processo ainda ocorre de forma incipiente no município analisado. É fundamental que o processo de governança promova a efetiva participação dos *stakeholders* no planejamento da atividade turística.

Por outra parte, a centralidade do PRODETUR no desenvolvimento das atividades estudadas nesta pesquisa, sugere um possível impacto positivo deste programa para a governança do turismo na região. No entanto, a falta de continuidade deste programa pode comprometer a sustentabilidade dos possíveis avanços na área.

O presente estudo possui a limitação de ter sido desenvolvido desde uma perspectiva transversal. Desta forma, não identifica características do processo de governança anteriores ao momento do estudo. Apesar do anterior, foi possível uma primeira aproximação a realidade do processo de governança no planejamento do turismo no município, e as variáveis utilizadas neste estudo podem auxiliar na implementação de medidas para melhorar a eficiência da governança na gestão do turismo no município.

REFERÊNCIAS

- BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Programa de desarrollo del turismo en el estado de Sergipe** (PRODETUR NACIONAL/SE): propuesta de préstamo, 2013.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil**. Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasília: Ministério do Turismo, 2007 Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf Acesso em: 01 fev. 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional** - Relatório Brasil. 2. ed. Revisada. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudo da demanda turística nacional**. Brasília: Ministério do Turismo, 2012.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013a.
- CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. **Journal of Urban Technology**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 65-82, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1080/10630732.2011.601117>.
- COSTA, C. An emerging tourism planning paradigm? A comparative analysis between town and tourism planning. **International Journal of Tourism Research**, 3(6), 425-441, 2001
- COSTA, C.; PANYIK, E.; BUHALIS, D. (ed.). **European Tourism Planning and Organization Systems**. Butterworth-Heinemann: Practice, 2013.
- CRUZ, C. F.; SOUZA FERREIRA, A. C.; SILVA, L. M.; SILVA MACEDO, M. A. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil (atualizado com o Plano Nacional de Turismo 2003/2007). São Paulo: Atlas, 2003.
- HALL, C. M. **Tourism planning**: Policies, processes and relationships 2 ed. [S.l.]: Pearson/Prentice Hall, 2008
- INSTITUTO VALENCIANO DE TECNOLOGIAS TURÍSTICAS. **Destinos Turísticos Inteligentes**. Manual Operativo. Valencia: Generalitat Valenciana, 2015.
- IVARS BAIDAL, J. A. **La planificación turística de los espacios regionales en España**. Madrid: Síntesis, 2003.
- IVARS BAIDAL, J. A.; MONZONÍS, J. S.; SÁNCHEZ, D. G. Gestión turística y tecnologías de la información y la comunicación (TIC): El nuevo enfoque de los destinos inteligentes, **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, vol. 62/2 327-346, 2016.
- LE MOS, C. Planejamento do turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 6, p. 1401-1427, 2013.

LIJING, Z.; YANRONG, P. JIANHUA, H. The Development Strategy for the Tourism in Hebei under the Background of Smart City Based on Data Mining. In: **Proceedings of the 7th International Conference on Intelligent Computation Technology and Automation**, IEE, 2014, p. 991-994.

MACEDO, L. F. A.; VILLELA, L. E.; SARMENTO DO NASCIMENTO, C. A.; GUSMÃO DA COSTA, E. A Fragilidade da Atuação dos Conselhos Comunitários na Condução do Plano Diretor de Itaguaí-RJ—Uma Situação de Alerta ao Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, p. 134-148, 2015.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism, economic, physical and social impacts**. Harlow: Longman, 1982.

MIGHALI, V.; DEL FIORE, G.; PATRONO, L.; MAINETTI, L.; ALLETTO, S.; SERRA, G.; CUCCHIARA, R. Innovative IoT-aware Services for a Smart Museum. In: **Proceedings of the 24th International Conference on World Wide Web**. ACM, 2015, p. 547-550.

MOLINA, S; RODRIGUES, S. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru, SP: EDUSC, 2001

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Panorama OMT del turismo internacional**. Madrid: OMT, 2016.

PALOMEQUE, F. L. Política turística y territorio en el escenario del cambio turístico. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, n. 28, 1999, p. 23-38.

SERGIPE. Empresa Sergipana de Turismo. Pólo dos Coqueirais. **Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável**, 2013b. Disponível em http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/PDITS/SERGIPE/PDITS_POLO_COSTA_DOS_COQUEIRAIS.pdf Acesso em: 10 mar. 2016.

SOARES, J. C.; SANTOS, C. A. DE J. O Plano Nacional de Turismo na perspectiva da inclusão. In: **Anais do I Simpósio Regional de Políticas em Turismo e Arranjos Produtivos Locais**, SIMPOLITUR. IFS: Aracaju, 2016, p.72-.81.

VELASCO GONZÁLEZ, M. **Gestión pública del turismo**. La gobernanza. In: Pulido Fernández Lopez-Sánchez. **Gestión estratégica sostenible de destinos turísticos**, p. 469-520, 2013.